



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado, Doutora Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes todos os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Franciane de Fátima Marques, Noadir Marques da Silva Júnior, Pedro Giberti, Roque Jerônimo Andrade, Victor Hugo Albernaz Júnior, Vitore André Zílio Maximiano, e Willian Fernandes. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes, e passou-se às comunicações da Presidência. A Presidente agradeceu aos 86 colegas Defensores Públicos que têm se empenhado muito nesses primeiros passos da instituição. Além das bancas, as pessoas têm trabalho muito, são vários exemplos: grupo dos estagiários (atuação de Defensores da capital e interior e elaboração de quatro minutas de mandado de segurança); grupo especial de trabalho sobre a violência, que têm analisado documentos e chegou a realizar reunião em sábado; Presidente, Diretores e Conselheiros da APADEP, que têm atuado na realização do Congresso e também na Assembléia Legislativa. O Gabinete e Conselheiros que têm feito o possível para estruturação da instituição. Todos os Defensores que atuam nas bancas e muitos mesmo de longe têm participado. Percebe que todos estão com a mesma vontade de tirar a defensoria do papel, sendo cada atuação muito importante. Sobre a semana, relatou que na segunda esteve com a Secretaria da Justiça, tendo tratado de vários assuntos em principal de parcerias entre Defensoria e a Secretaria. Na terça participou de programa de TV na Alesp com Rafael, Diretor Administrativo da APADEP, com representante da OAB e do XI de agosto. Após esteve com o Secretário do Planejamento, com quem foi tratado do quadro de apoio e do orçamento e que indicou técnico que poderá contribuir com a elaboração do nosso orçamento. Foi tratado também sobre possível patrocínio da Nossa Caixa, Nosso Banco ao Congresso de Defensores que se realizará em São Paulo. Na quinta esteve com Secretário da Casa Civil, foram indicados vários técnicos que poderão nos auxiliar e a possibilidade de realização de um convênio entre Defensoria e FUNDAP para começar estruturar nosso quadro de apoio. São três as prioridades do Gabinete neste momento: orçamento, quadro de apoio de servidores e funcionários comissionados que precisa só de suplementação orçamentária. LDO já foi encaminhada e, pela análise feita, comporta nossas necessidades. A LO está sendo objeto de estudo pelos 1.º Subdefensor Público-Geral Renato de Vitto e pelo Defensor Público Assessor Antonio Maffezoli, estando previsto 254 milhões do FAJ. Está se tentando marcar audiência com o Secretário da Fazenda e o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária deve ser



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

impreterivelmente até 20 de julho, isso vai passar pelo Conselho e exigirá um esforço dos Conselheiros para se atender o prazo. Passou-se ao momento aberto. O Defensor Público e Diretor da APADEP, Glauber Callegari fez uso da palavra manifestando sua emoção em falar pela primeira vez nesse momento, noticiou que ontem um mandado de segurança impetrado por estagiários teve a liminar indeferida, o defensor público Pedro Avellar, que é de Araçatuba, pediu que dissesse que ele é favor das 313 vagas, ele também se manifestou favoravelmente a abertura das 313 vagas, pois tem receio que durante a transição Procuradores sejam transferidos para a Procuradoria desfalcando a Defensoria e, por fim, informa que sede da APADEP está quase pronta e que provavelmente dia 24/06 será a festa de inauguração na laje do prédio. Em seguida se manifestou a Defensora Pública e diretora da APADEP Juliana Belloque que relatou que esteve nessa semana em Brasília, esclarecendo a importância da presença de dois integrantes da Associação naquela cidade, na segunda estiveram ela, o Presidente da APADEP e o Subdefensor público Pedro Giberti com os Ministros Sepúlveda Pertence e Carlos Ayres, na terça. O Ministro Sepúlveda Pertence foi convidado para ser palestrante no V Congresso de Defensores Públicos que se realizará em São Paulo. Na terça participaram ela e o Presidente da APADEP de assembléia convocada pela ANADEP em que foi discutida a PEC, sendo que a participação de São Paulo foi muito bem recebida. Havia preocupação com o resultado da assembléia por isso compareceram em dois, a questão era uma possível mudança do art. 22 da ADCT, essa alteração mudaria o fator temporal, possibilitando a entrada sem concurso até o momento da instalação, isso traria um risco imenso por causa da FUNAP, no entanto, isso não foi aprovado, inclusive houve apoio expresso da ANADEP para que isso não fosse modificado. Outra questão que preocupa é a intenção da DPU monopolizar a atuação em 3.<sup>a</sup> instância e se tornar uma defensoria de gabinete, há algumas idéias para solucionar esse problema, o Estados que tiverem estrutura em Brasília receberiam as intimações e distribuiriam para outros Estados e o DF ajudaria também. Na quarta estiveram no Congresso Nacional numa audiência pública e tiveram a oportunidade de conversar com José Eduardo Cardoso. Por fim, entregaram convite ao Lula e ao Alckmin para participarem do Congresso e fizeram contato com a Petrobras em benefício do Congresso. Ressalta, ainda, a atuação da Daniela em júri que inclusive teve repercussão na imprensa. Após se manifestou a Defensora Pública e Diretora da APADEP, Marina Morato, disse que falava em seu nome e não da associação naquele momento, comentou que quanto aos núcleos que seriam criados que deveriam ser colaboradores tanto os com mais de 5 anos e menos de 5 anos, pois se não o colaborador, que será aquele que tem menos de 5 anos, ficará em situação privilegiada, podendo atuar por muito mais tempo que o integrante que terá mandato. Quanto o concurso de ingresso afirma ser favorável a abertura das 313 vagas, devendo o concurso ser rigoroso, se não aprovar candidatos para todas as vagas, as remanescentes ficam para o próximo concurso. Então, se manifestou a Defensora Pública Patrícia Malite de Jundiá, relatando estar emocionada em estar presente na reunião Conselho e que lá também estavam presentes os Defensores Públicos Gustavo Junqueira e Nadia Tafarello. Falou da importância da criação de Defensoria Regional de Jundiá, esclarecendo que é uma cidade



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

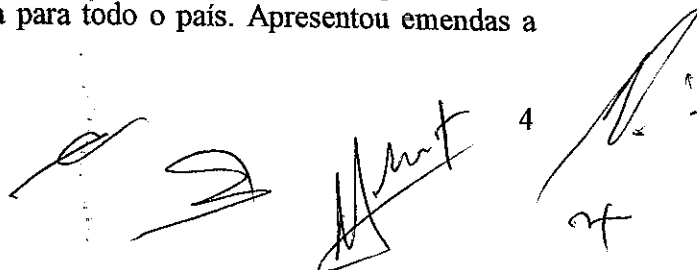
não se desenvolveu e que os problemas sociais se agravaram nos últimos tempos, tendo hoje 16 favelas e 140 loteamentos. Além disso, tem a problemática de várzea paulista que é cidade satélite. A Regional de Jundiaí abrangeria toda a parte sul, retirando de Campinas essa região, além de trazer as cidades de Itatiba e outras. Jundiaí é a terceira cidade se igualando com Piracicaba, abaixo das duas só tem outras com 200 mil habitantes, sendo que ambas são pólos. Ademais, segundo a defensora há a problemática da extensão de Campinas, que abrange uma população de cinco milhões de habitantes e a criação da regional de Jundiaí aliviaria toda a problemática de Campinas. Acrescenta que a Defensoria, graças ao trabalho sério dos defensores em especial da Nadia, Gustavo e Dolores, lá já é forte, são sempre chamados para as reuniões e a regional é responsável pelo atendimento de 600 pessoas por dia. Acredita que a regional teria condições de assumir toda a região de franco da rocha e Pirituba, chegando a 1 milhão de habitantes. Em seguida o Defensor Público Francisco Romano falou da felicidade de pertencer a uma instituição democrática e de poder se manifestar naquele momento. Ressaltou a importância da criação da regional de Mogi das Cruzes nos moldes do art. 24 e 25 da Lei da DP, que abrangerá os municípios de Arujá, Birita Mirim e Guararema, que são de grande pobreza e grande vulnerabilidade. Acredita ser possível incluir o município de Sta Isabel e também Suzano, Itaquaquecetuba e Poá. Esclarece que Mogi das Cruzes tem prédio próprio, totalmente independente da PGE, além de ter 4 defensores públicos e poder contar com a experiência do defensor público Fernando Faria. Por fim, se manifestou o defensor público Marcelo Novaes que relatou ter recebido notícia sobre encerramento do contrato do FAJ e Prodesp, informação vinda da chefia da PR 1, segundo ele se isso ocorrer o impacto no corte será grave. Quanto ao concurso, sugere seja feita um estudo com base nos últimos três concursos da PGE, isso auxiliará na verificação do corte. No que se refere às diárias, estudou o assunto, segundo ele há dois tipos de diárias, as que tem caráter indenizatório (próprias) e as que tem caráter salarial, vencimental (impróprias), terá que se optar por uma ou por outra, o ato do MP, por exemplo, que regula as diárias, adotou uma posição mista. Além disso, as diárias não são tributadas, pois têm caráter indenizatório. Talvez a melhor solução fosse o meio termo que é o que o TRT alcançou, regularam as diárias com ponderação, possuem natureza indenizatória, mas não são tão restritivas. Além disso, as diárias têm que servir para o que foi desembolsado com transporte, deve regular ainda casos de viagem para o exterior e também ser aumentada de acordo com o custo de vida do país. Também se manifestou sobre a criação da regional de Mogi e a questão da grande São Paulo que terá que ser dividida em regionais, também falou sobre a criação da regional de Jundiaí e da importância dos critérios para definição das regionais. Passou-se então as manifestações dos Conselheiros. O Conselheiro Carlos Loureiro comentou que este é o momento de estruturação da carreira, em que se busca a construção da melhor instituição possível, e, por conta disto, é também o momento em que se começa a enfrentar, além das dificuldades de institucionais, dificuldades no relacionamento entre as pessoas. Ressalta que todos têm que se aperceber que temos que agir de forma coordenada, ser útil para instituição não é se dar da forma como cada um quer se dar: quando se trata do interesse

3



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

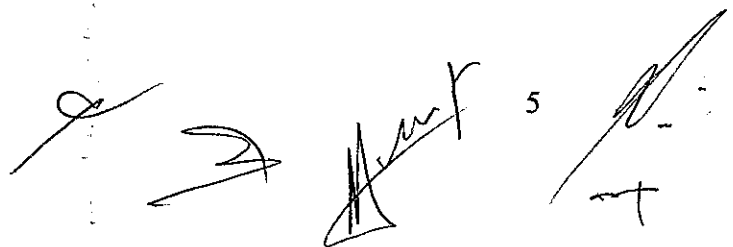
coletivo, é preciso que se pense além das nossas próprias crenças, não se podendo colocá-las acima da dos outros. Assim, afirma que é importante escutar, por mais aflitos que estejamos para fazer o que queiramos fazer, de modo que cada qual tem de pensar na forma que pode ser útil, mas não da forma como gostaria, mas da forma como todos nós, a instituição como um todo, gostaria. Afirma que ele mesmo tem tentado tomar esse cuidado. A Conselheira Franciane disse que se manifestará quando da discussão sobre a pauta. O Conselheiro Victor Hugo ressaltou a importância da presença dos Defensores Públicos nas reuniões do Conselho Superior, acompanhando os trabalhos e participando com suas manifestações no Momento do Defensor. O Conselheiro Pedro relatou que na segunda esteve em Brasília com o Ministro Sepulveda Pertencê. Relatou também que encontrou o Procurador da República Valmor Alves Moreira, chefe da Procuradoria Regional de Santa Catarina, que se prontificou a conversar com o Procurador Geral da República, levando inclusive material sobre a questão, o que foi muito importante pois o Procurador Geral não tinha informações detalhadas sobre a questão. Além disso, através dele se abriu contato com o Chefe de Gabinete do Procurador Geral da República. Ressaltou a importância do grupo especial de trabalho para estudos dos casos de violência acelerar os acompanhamentos dos inquéritos, enfatizando que já foram feitas distribuições de tarefas. Acrescenta que ontem foi ouvido na Comissão de Direitos Humanos da Alesp quando falou sobre o trabalho do grupo especial. Finalizou dizendo que inscreveu a Defensoria no Premio Innovare, porém pensou em retirar a inscrição, no entanto, houve pedido expresso para que a Defensoria Pública de São Paulo participasse e que estariam a disposição para ajudar a trabalhar o projeto. O Conselheiro Vitore agradeceu a presença dos colegas e o trabalho da APADEP em Brasília, fundamentalmente na Assembléia da ANADEP. Relatou que na terça esteve em Várzea Paulista com os conselheiros Carlos e Roque e com o Defensor Público Adenor, foram recebidos por 20 a 30 pessoas da comunidade, ouviram vários relatos sobre os danos causados em razão do acúmulo de gás no local. Será necessário se realizar uma triagem das pessoas o que talvez poderá ser feito num sábado para análise da propositura de ações coletivas ou individuais. Também deve ser verificada a possibilidade da Defensoria participar das negociações de termo de ajustamento de conduta. A imprensa esteve no local e cobriu a visita. Conselheiro Noadir falou que quando puder comparecerá ao Gabinete e comentou que um Defensor Público pediu para retirar seu nome do grupo de e-mails. Ressaltou, porém, a importância da participação naquele espaço de discussão. Conselheiro Roque disse que temos que frequentar o Gabinete e que nos confrontos que se tira o bom da discussão, falou, ainda, da importância de se nomear a Diretora da Escola da Defensoria Pública para que ela possa fazer convênios outras instituições. Comentou que há pouca estrutura, mas as pessoas são as mais importantes. Enfatizou a importância da ocupação dos espaços nos Fóruns e que é necessário se fazer um levantamento, em especial no João Mendes, para poder se pleitear esse espaço não só na capital como nas regionais. O Conselheiro William falou da importância de colocações feitas com naturalidade como fez o Conselheiro Carlos. Comentou sobre a importância de São Paulo, tudo que São Paulo faz é referencia para todo o país. Apresentou emendas a

 4



## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior


LDO no prazo, porém agora o governo não quer aprovar a resolução da qual consta as emendas. Disse que tomou posse no cargo de Ouvidor, mas que ainda terá uma posse solene no CONDEPE, porém a data não está marcada. Esclareceu que teve uma reunião com a ouvidora da PAJ e percebeu que há várias questões que são semelhantes, na semana que vem deve ser reunir novamente com ela. Parabenizou a participação do Pedro na Comissão de Direitos Humanos, a qual assistiu uma parte, e disse que ele é a cara da Defensoria Pública na Imprensa. Também a pedido do Renato está organizando reunião com a sociedade civil para discussão da LO da Defensoria, que poderá ser na Alesp ou em outro lugar. Com a instalação e organização da sala receberá a cobrança da sociedade e precisará do apoio do Conselho principalmente na questão da estruturação e quadro de apoio de funcionários. Passou-se, então, a aprovação da ata da 2.<sup>a</sup> reunião e ficou definido que a próxima reunião será na terça-feira 9 horas da manhã na mesma sala de reunião da Barra Funda. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros passou-se a ordem do dia. Processo CSDP n.º 03/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: I Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Carlos Henrique A. Loureiro. Apreciação prorrogada para a próxima sessão, vencido o Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro que pretendia votar hoje, definindo as vagas que seriam colocadas em concurso. Processo CSDP n.º 04/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Criação das Defensorias Públicas Regionais. Relator: Conselheiro Pedro Giberti. Aprovada, por unanimidade, a criação das Defensorias Públicas Regionais de acordo com a deliberação CSDP 04/2006. Processo CSDP n.º 05/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Criação dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. Aprovada, por unanimidade, a criação dos núcleos especializados de acordo com a deliberação CSDP 05/2006. Rejeitado, por maioria, destaque que modificava a redação do parágrafo 2.º do art. 5.º para excluir a expressão “o colaborador”, vencido Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro. Processo CSDP n.º 06/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta a concessão de diárias para Defensores Públicos. Relator: Conselheira Franciane de Fátima Marques. Apreciação prorrogada para a próxima sessão. Processo CSDP n.º 07/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamentar o Fundo de Despesas da Escola da Defensoria Pública do Estado (FUNDEPE). Relator: Conselheiro Noadir Marques da Silva Júnior. Apreciação prorrogada para a próxima sessão, quando também se decidirá sobre a indicação da Defensora Pública Diretora da Escola da Defensoria Pública do Estado. Processo CSDP n.º 08/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta a compensação decorrente de plantões judiciários e outras atividades realizadas por Defensores Públicos. Relator: Conselheiro Pedro Giberti. Apreciação prorrogada para a próxima sessão. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu,

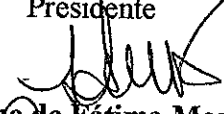
 5



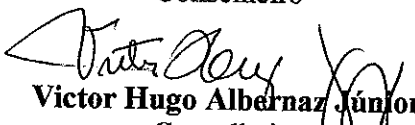
## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 16 de junho de 2006.

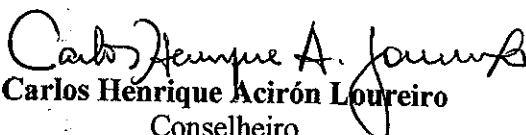
  
**Cristina Guelfi Gonçalves**  
Presidente

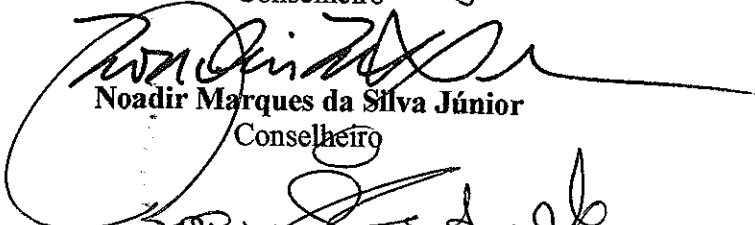
  
**Franciane de Fátima Marques**  
Conselheira

  
**Pedro Giberti**  
Conselheiro


  
**Victor Hugo Albernaz Júnior**  
Conselheiro

  
**Willian Fernandes**  
Conselheiro

  
**Carlos Henrique Acirón Loureiro**  
Conselheiro

  
**Noadir Marques da Silva Júnior**  
Conselheiro

  
**Roque Jerônimo Andrade**  
Conselheiro

  
**Vitore André Zílio Maximiano**  
Conselheiro